ISSN: 2525-9091

Revista Científica do Instituto de Ensino Superior de Itapira

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO JUNTO À CRIANÇA COM DIFICULDADE DE ALFABETIZAÇÃO SOB UM OLHAR HUMANIZADOR

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN THE PSYCHOPEDAGOGICAL ACCOMPANIMENT TO THE CHILD WITH LITERACY DIFFICULTIES IN A HUMANIZED VIEW

Ieda Natalia Dias[1], Cidinéia da Costa Luvison[2]

1- Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto de Ensino Superior de Itapira; 2- Docente do Instituto de Ensino Superior de Itapira

Contato: ieda-diass@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a influência da família no acompanhamento psicopedagógico junto à criança com dificuldades de alfabetização, interação esta dotada de significado para a garantia de uma aprendizagem significativa ao educando. O princípio é evidenciar a relevância de uma relação tridimensional: o psicopedagogo, a criança e a família, tendo como reconhecimento uma prática psicopedagógica humanizadora. Observa-se que ao se trabalhar diretamente com a família e a criança é indispensável considerá-los seres únicos, que carregam consigo uma história e estão imersos em um contexto próprio.

Descritores: Acompanhamento psicopedagógico. Criança. Família. Aprendizagem. Humanização.

ABSTRACT

This article aims to discuss the influence of family in the psicopedagogical accompaniment to the child with literacy difficulties, kind of interaction endowed with meaning for assurance of significant learning to the student. The principle is to emphasize the relevance of this three-dimensional structure: psychopedagogue, child and family, having as recognition a humanizing psicopedagogical practice. Note that when working directly with family and child it is essential to consider them as unique beings, that carry with them a history and are immersed in their own context.

Keywords: Psicopedagogical accompaniment. Child. Family. Learning. Humanization.

Artigo recebido em 15/06/2017; aprovado em 04/08/2017.

CONSCIESI - Revista Científica do Instituto de Ensino Superior de Itapira – IESI

www.consciesi.com.br / www.iesi.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte dos estudos desenvolvidos no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia no Instituto de Ensino Superior de Itapira - IESI, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Tendo em vista que a escola e a família são uma das duas instituições mais importantes e fundamentais na vida de todo ser humano, as quais possuem a responsabilidade da formação do sujeito, se faz necessário que ambas estabeleçam uma interação para o desenvolvimento significativo do educando, frente as dificuldades apresentadas no ambiente escolar, considerando-se que a mesma está incumbida pela aprendizagem do discente.

Entretanto, atualmente, onde a realidade em que se vive é o insucesso escolar cada vez mais crescente desde os anos iniciais do ensino fundamental, acredita-se que além da interação entre a família e a escola, existem outras fontes repletas de significados que pode-se recorrer para a garantia da aprendizagem.

Assim sendo, um agente de extrema relevância nas instituições é o Psicopedagogo, pois o mesmo irá proceder de maneira particular e pontual na identificação das dificuldades apresentadas pelo estudante e na tentativa de saná-las, objetivando garantir a formação global do mesmo. Porém, a responsabilidade da aprendizagem não deve ser deixada somente a encargo do Psicopedagogo, já que o suporte familiar é crucial no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Além dessa parceria estabelecida entre o psicopedagogo, a criança e a família, outro ponto de extrema importância é a promoção de uma prática humanizadora e, consequentemente, libertadora (FREIRE, 1996) por parte do psicopedagogo, tendo em vista que essa é uma profissão muito singular, pois se trabalha com seres humanos, onde cada criança é única e possui suas singularidades e necessidades, e esse olhar humanizador diante do ser humano e suas dificuldades, abre caminhos repletos de significados, posto que envolve a família durante todo o processo de reconhecimento do sujeito.

No decorrer do artigo discutiremos primeiramente a influência da família no acompanhamento psicopedagógico e essa ação para o desenvolvimento do sujeito, a partir das teorias de Ariès (1978) e Bauman (2001), quando tratam das mudanças históricas e sociais das instituições. Também será destacado a importância da participação da família no processo da aprendizagem significativa da criança, pautando-se em Silva (2015) e Sousa (2012). Além desses, outros pontos levantados seria quanto a referência que a família exerce em todo sujeito por ser o primeiro meio social que estes se inserem, destacando sobre o poder da palavra e da alteridade para a aprendizagem e sua interação com o outro (VIGOTSKI, 2009).

Outro ponto abordado seria quanto ao extremo valor do letramento, a partir das concepções de Kleiman (2005), Moreira e Rocha (2013), Soares (1998) e Tfouni (1995). Conjuntamente as autoras Macedo e Pinto (2003), apresentam uma análise sobre as dificuldades que muitas crianças possuem em se alfabetizar, de maneira que tal aprendizagem necessita do equilíbrio entre o cognitivo e o afetivo, por isso a necessidade do diagnóstico (MORAES, 2010), explicitando as etapas e recursos a serem utilizados e a avaliação psicopedagógica.

Tomando como base Fernández (1991), Weiss (1992) e Pinto (2010) discorreremos sobre uma abordagem clínica da família e da criança, descrevendo os aspectos que permeiam o acompanhamento psicopedagógico na aprendizagem.

O segundo aspecto destacado seria quanto a importância de uma perspectiva de trabalho humanizadora no atendimento psicopedagógico baseado em Paulo Freire (1996; 1967), o qual valoriza uma educação como prática da liberdade, de modo que ao se reconhecer a essência da criança e da família, se possibilita que esse indivíduo com

dificuldade possa se emancipar, fazendo com que o mesmo ganhe autonomia tanto na sua aprendizagem, quanto em suas práticas sociais, uma vez que essa aquisição refletirá em sua vida, no seu reconhecimento (CASTRO; REGATTIERI, 2009; GANDINI; FORMAM, 1999) para que as ações do psicopedagogo sejam coerentes com a sua realidade.

Dessa forma, o artigo tem como objetivo promover reflexões sobre a influência que a família exerce no acompanhamento psicopedagógico junto à criança que se encontra com dificuldades na alfabetização. Tendo como pressuposto que a relação harmônica e pontual entre o psicopedagogo, a criança e a família é de extrema importância. Busca-se salientar essa relação a partir de uma perspectiva humanizadora no decorrer do acompanhamento psicopedagógico.

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Muitas foram as transformações que ocorreram na concepção de família durante cada época da história, e essas mudanças serviram como base para a formação da sociedade contemporânea. Utiliza-se como base nessa discussão um período: da Idade Média a Idade contemporânea, pois compreende-se que transformações decisivas ocorreram nesse período, onde a família assume um papel específico em cada ciclo, principalmente porque “a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança” (ARIÈS, 1978, p. 225).

Antigamente, o conceito de educar não era vinculado a escola, mas sim no aprender serviços domésticos, onde a criança era incumbida a servir bem e ter boas maneiras. Isso se confirma no século XII, onde a ideia de serviço doméstico era a que predominava, pois “[...] o homem da Idade Média via aí apenas variações de uma noção essencial, a noção do serviço.” (ARIÈS, 1978, p. 226). Assim sendo, “[...] o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação” (p. 228).

Refletindo sobre a história social da criança e da família na época medieval, Ariès (1978) pontua que “era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir” (p. 228). Ou seja, na família a educação era um ato transmitido por desconhecidos, os valores, os princípios e interações, eram vindos de maneira externa e não estabelecidos pela mesma.

Nessas condições, desde muito cedo a criança era afastada da sua família e "não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (ARIÈS, 1978, p. 231). Isso evidencia as transformações que o conceito de família obteve até chegar aos dias atuais, pois hoje o cuidado com a infância e a criança tornou-se essencial e a necessidade de afeto é considerada elemento vital para um bom convívio familiar e desenvolvimento infantil, o que naquele tempo eram preocupações vazias e não faziam parte da realidade, dado o contexto da época.

Visto que a educação era domiciliar, na qual tinha como foco aprender como se portar e a servir com boa postura, a escola era na verdade uma exceção, pois na época não havia lugar para mesma. “De fato, a escola, a escola latina, que se destinava apenas aos clérigos, aos latinófones, aparece como um caso isolado, reservado a uma categoria muito particular” (ARIÈS, 1978, p. 229), uma vez que a educação era transmitida junto aos adultos, de forma domiciliar e tutelada.

No entanto a partir do século XV, a extensão da frequência escolar foi um movimento que passou a ganhar força, onde “a escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social [...]” (ARIÈS, 1978, p. 231), devido a nova necessidade do educador e em manter a inocência das crianças e jovens longe do mundo imoral dos adultos e também pela

preocupação dos pais em não abandonar seus filhos, mas sim em tê-los por perto (ARIÈS, 1978). Com essa nova concepção vinda dos pais, em especial, os laços familiares começaram a se estreitar, de modo que "a substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança" (ARIÈS, 1978, p. 232).

Apesar de haver controvérsias na sociedade entre mandar para os colégios ou o educar em casa, ir à escola possibilitava uma separação mais curta do aprendiz, pois as crianças tinham o direito de visitar suas famílias. Entretanto, apesar dessa conquista, esse afastamento foi admitido por pouco tempo pelos pais, pois a escola além de novas práticas de aprendizagem também correspondia ao desejo dos pais de não se distanciar das crianças (ARIÈS, 1978). É nesse cenário que vemos o surgimento da família moderna, pois por meio dessa aproximação com a afetividade foi

> [...] como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola [...] Esse fenômeno comprova uma transformação considerável na família: esta se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos. (ARIÈS, 1978, p. 232-233)

Contudo, a escolarização não atingiu grande parte da população, que continuou encaminhando suas crianças para serem educados de acordo com as antigas práticas de aprendizagem. Ainda assim, a escola venceu.

No período medieval os problemas morais da família também eram um ponto forte, pois os pais almejavam sempre a glória da família, apostando e atribuindo todo prestigio ao filho mais velho. No entanto, os moralistas educadores replicavam a essa prática, pois acreditavam que a mesma "[...] prejudicava a equidade, repugnava a um sentimento novo de igualdade de respeito à afeição familiar, e era acompanhada de uma utilização profana dos benefícios eclesiásticos [...]" (ARIÈS, 1978, p. 234). A aversão a essa prática de regalias ao mais velho, segundo ARIÈS (1978) marcava o surgimento de uma nova perspectiva de família.

A intimidade, a privacidade, a relação com o outro foi reestruturada e "a reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluíam criados, os clientes e os amigos" (ARIÈS, 1978, p. 267). Os pais tomaram uma nova postura diante de seus filhos, passando a se preocuparem com a higiene, a saúde, a educação e o futuro de seus pequenos. A criança conquistou sua posição junto a seus pais, de modo que sua volta a convivência familiar foi o que caracterizou o fim das famílias medievais, fazendo com que esse sentimento da casa e da família se fundasse de forma integral.

Observa-se que desde a época medieval até chegarmos a família moderna do século XVII, grandes modificações ocorreram na questão comportamental e sentimental. Atualmente no século XXI, na pós-modernidade (termo também utilizado para se referir a contemporaneidade) a família por ser uma instituição social está em constante mudança.

Reconhecer e identificar quem é essa família nos dias atuais é de extrema relevância, principalmente na área da educação e no acompanhamento psicopedagógico, uma vez que esse movimento influencia na forma como os acolhemos e no nosso olhar perante o outro. Entretanto, para que esse reconhecimento seja pontual, refletir sobre essas transformações ao longo do tempo é indispensável, pois as mudanças não se dão no vazio, pelo contrário, elas são constituídas por história.

Frente a essas modificações, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), ao tratar sobre a pós-modernidade, chamada por ele de Modernidade Líquida, retrata uma sociedade totalmente moldável quando se identifica com

algo. Tal liquidez perpassa todas as pessoas, os lugares e, consequentemente, a família.

> A sociedade que entra no século XXI não é menos "moderna" que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização;* a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de "limpar o lugar" em nome de um "novo e aperfeiçoado" projeto; de "desmantelar", "cortar", defasar", "reunir" ou reduzir", tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade). (BAUMAN, 2001, p. 36)

Assim sendo, a família também foi se transformando e ganhou aspectos da Modernidade Líquida, se adaptando a todas as situações, criando novos perfiz. Tais perfis caracterizam a heterogeneidade da família e suas várias vertentes (mães solteiras, avós fazendo papeis de pais, casais homossexuais, entre outros).

Além dessa questão da formação familiar, menciono também o espaço que a mãe e esposa ganhou no mercado profissional, onde a mulher passou a trabalhar fora em busca da sobrevivência da casa. Cada vez mais cedo os filhos passam a ficar mais tempo sozinhos, passando suas alegrias, frustrações, dificuldades com a ausência da família e estabelecendo uma ligação cada vez mais distante dos pais (BAUMAN, 2001), ou vão cada vez mais cedo para a escola deixando de ter o contato e a proteção que obtinha no âmbito familiar. Sendo que, "por melhor que seja o ambiente, por mais preparados que estejam os encarregados dos cuidados com esses pequeninos, nunca poderá ser comparado ao convívio familiar, à sensação de se sentir seguro e protegido pelos familiares" (SILVA et al., 2015, p. 3).

Esse distanciamento, que antes foi reprovado, infelizmente está cada vez mais presente em nossa sociedade e isso reflete diretamente na escola, onde muitas famílias acreditam que a mesma tem que exercer o papel de ensinar e cuidar, como se substituísse, por muitas vezes, a importância da família. Desse modo, quando se tem essa crença, o fracasso escolar é deixado sob a responsabilidade total da criança. Porém, é sabido que as dificuldades não surgem sem motivo, mas sim, estão fundamentadas em um contexto. Por isso, ter somente a criança como parâmetro para avaliar as suas incertezas e dificuldades não é o suficiente, precisa-se considerar o contexto que o sujeito está inserido. De acordo com Sousa (2012, p. 5)

> Antigamente costumava-se atribuir á criança toda culpa por seu fracasso escolar. Hoje, porém, já se reconhece que as dificuldades em aprendizagem não se dão no vazio, e sim em contextos, tanto situacionais, quanto interpessoais. Não podemos falar de dificuldades tendo somente a criança como ponto de referência: o "contexto" em que a criança se encontra precisa ser considerado.

A educação perpassa tanto o ambiente familiar, quanto o escolar e a parceria estabelecida entre as duas instituições é fundamental para o desenvolvimento de ações que proporcionem a confiança e o desenvolvimento do aluno, por meio de situações reais e significativas de aprendizagem.

Porém, essa união entre família e escola deve ser fundamentada no contexto geral do ambiente escolar, uma vez que, atualmente, além de professores, diretores e coordenadores, há outros profissionais atuando na área da educação e contribuindo para a aprendizagem, tais como: fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, neurologistas, entre outros.

Assim sendo, discutir sobre a relação da família no acompanhamento psicopedagógico, é de grande relevância no momento atual, tendo em vista que esse trabalho está

ganhando cada vez mais espaço no contexto da educação. Além de atuar diretamente com a escola e a família, o Psicopedagogo é um profissional capacitado, com a finalidade de ajudar crianças e adolescentes a enfrentarem seus problemas na vida escolar, onde seu trabalho será destinado tanto a criança quanto ao acolhimento da família, uma vez que o atendimento também deve ser destinado aos pais.

Através desse acompanhamento os pais se capacitam para auxiliarem seus filhos na superação de suas dificuldades, passando a reconhecer a importância de sua participação na aprendizagem, de modo que seus filhos superem seus medos e suas angústias, pela confiança em suas capacidades. Desse modo, a família é um dos suportes fundamentais para as crianças enfrentarem seus desafios, a qual deve estar fortalecida nesse processo. Segundo Sousa (2012, p. 6)

> Esta luta se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família interagindo com as escolas é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida.

Quando há um distanciamento da família no acompanhamento psicopedagógico e a mesma não reconhece as dificuldades do estudante e a importância das suas contribuições, a aprendizagem acaba sendo desvalorizada, promovendo desinteresse e distanciamento por parte do sujeito. No entanto, quando a educação é valorizada dentro do ambiente familiar e a criança recebe estímulos, sendo reconhecida, se estabelece um contexto favorável para que o desenvolvimento da aprendizagem ocorra de maneira satisfatória.

Segundo Vigotski (2009), a família é o primeiro meio social que a criança se introduz, representando assim a primeira vivência do sujeito. Isso justifica a imensa importância que essa instituição tem na vida de todo ser humano e no acompanhamento progressivo de seu desenvolvimento. Quando a família se envolve no processo ensino-aprendizagem, tende a fortalecer o trabalho do Psicopedagogo e promover grandes progressos no desenvolvimento da criança, pois o vínculo afetivo beneficia esse processo, uma vez que a afetividade estabelece excelentes implicações educacionais. Assim sendo, “[...] o bom comportamento e aprendizado da criança depende muito de sua vida afetivo-familiar” (SILVA, 2015, p. 3).

Como já citado, a defasagem da educação se torna cada vez mais visível e acentuada, e essa triste realidade começa desde os anos iniciais, período este de adaptação e de descoberta do mundo letrado, o que causa "desequilíbrio" e insegurança nos pequenos. Compreende-se que muito mais do que apenas a aquisição de um sistema de leitura e escrita, para uma aprendizagem significativa, a alfabetização necessita estar vinculada a uma prática de letramento, essas duas dimensões devem estar interligadas em um movimento único no aprendizado. Para a estudiosa Tfouni (1995, p. 9) “a alfabetização diz da aquisição da leitura e escrita, já o letramento está relacionado aos aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. Assim, se pode considerar que a alfabetização está ligada ao funcionamento restrito da língua escrita, já o letramento amplia esse conhecimento, pois refere-se ao uso social da prática de leitura e escrita, preparando as crianças para a vida. De acordo com Soares (1998, p. 72)

> [...] letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais, ou seja, é o conjunto de práticas sociais relacionadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social.

Por isso a importância de alfabetizar letrando, pois em um contexto grafocêntrico

esse domínio está cada vez mais em demanda, onde além de compreender a escrita e saber fazer uso desse conhecimento, é indispensável a "leitura" dessas práticas. Por isso as relações existentes entre as práticas de alfabetização e as práticas de letramento, em que:

> O processo de letramento começa quando a criança nasce em uma sociedade grafocêntrica, está imersa em meios impregnados de material escrito e convive com pessoas que fazem uso social da língua escrita, com objetivos definidos. Já o processo de alfabetização inicia-se quando a criança entra para a instituição educacional, não ocorrendo de forma espontânea. (MOREIRA; ROCHA, 2013, p. 33)

Nesse sentido, a família tem a possibilidade de auxiliar as crianças, pois o letrar não está vinculado apenas a prática de ensinar o código da escrita, mas sim, envolver-se em um universo da leitura, da escrita, da compreensão e da reflexão das práticas sociais do letramento. É nesse aspecto que a família pode propiciar aos filhos momentos, espaços e convívio com diversos tipos de vivências desde pequena. Com esse trabalho vindo de casa, se revela que a família também pode contribuir para essas práticas de letramento.

O letramento se constitui em algo complexo, tanto em seus aspectos da aquisição da linguagem escrita, quanto das práticas que estão além da aquisição do código (MACEDO; PINTO, 2003). Nesse sentido, a maneira de compreender a leitura e a escrita é muito peculiar em cada sujeito, ou seja, cada um aprende de uma forma particular e possuí o seu próprio ritmo.

Entretanto, quando esse período se torna algo conflituoso e a criança passa a não aprender mesmo diante de vários métodos realizados pelo professor, é o momento de se procurar um profissional e dar início ao acompanhamento psicopedagógico, tendo em vista que essa assistência à criança com dificuldades de aprendizagem relacionado a língua materna, ao processo de aquisição da língua (o signo), tratada no tempo certo, com apoio da família, contribui para que ela não seja propagada nos anos posteriores e que outros problemas surjam.

Nessa dialética, o trabalho do Psicopedagogo tem como princípio promover a aprendizagem, a recuperação da confiança e da autoestima, estabelecendo um diálogo com a criança e a família, compreendendo a partir dela, à criança como um "todo", ou seja, sua história de vida, seus possíveis traumas, o contexto que ela vivencia, e a partir dessas informações ficará mais claro os métodos e estratégias a serem usadas pelo profissional.

Para isso a anamnese é uma estratégia válida e determinante para o diagnóstico e avaliação psicopedagógica. Esse procedimento corresponde na identificação dos prováveis fatores que desencadearam as dificuldades de apropriação da língua escrita e sua origem, na procura de desenvolver melhores condições para essa aprendizagem (MORAES, 2010). Assim, a anamnese por sua complexidade, acaba por envolver todas as pessoas ligadas à criança, a escola e, principalmente, a família, pois é ela quem possui todas as informações sobre o histórico pessoal, social e escolar da criança ou, pelo menos, deveria possuir.

A anamnese corresponde tanto a prevenção, quanto a solução das dificuldades. Por isso essa avaliação psicopedagógica envolve três pontos essenciais, que segundo Moraes (2010, p. 4) são:

> [...] a) a identificação dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades da criança. Precisamos determinar se trata-se de um distúrbio de aprendizagem ou de uma dificuldade provocada por outros fatores (emocionais, cognitivos, sociais...). Isto requer que sejam coletados dados referente à natureza da dificuldade apresentada pela criança, bem como que se investigue a existência de quadros neuropsiquiátricos, condições familiares, ambiente escolar e oportunidades de estimulação oferecidas pelo meio a que a criança pertence; b) o levantamento do repertório infantil relativo as habilidades acadêmicas e cognitivas relevantes para a dificuldade de aprendizagem apresentada, o que inclui: conhecimento, pelo

> profissional, do conteúdo acadêmico e da proposta pedagógica, à qual a criança está submetida; investigação de repertórios relevantes para a aprendizagem, como a atenção, hábitos de estudos, solução de problemas, desenvolvimento psicomotor, linguístico, etc.; avaliação de pré-requisitos e/ou condições que facilitem a aprendizagem dos conteúdos; identificação de padrões de raciocínio utilizados pela criança ao abordar situações e tarefas acadêmicas, bem como déficits e preferências na modalidades percentuais etc; c) a identificação de características emocionais da criança, estímulos e esquemas de reforçamento aos quais responde e sua interação com as exigências escolares propriamente ditas.

Esse processo, portanto, é de suma importância na entrevista inicial com os pais, pois esse contato com a família pode dar indícios que indiquem uma direção e compreensão sobre as relações familiares e qual a visão que a aprendizagem do aluno possui naquela família. Para Fernández (1991, p. 144) "a versão que os pais transmitem sobre a problemática e principalmente a forma de descrever o sintoma, dão-nos importantes chaves para nos aproximarmos do significado que a dificuldade de aprender tem na família".

A entrevista inicial com a família e toda a sua colaboração durante todo o atendimento psicopedagógico, é um recurso importantíssimo a ser usado pelo psicopedagogo, pois o profissional passa a conhecer a história de vida da criança, visto que "a história do paciente tem início no momento da concepção e vêm reforçar a importância desses momentos na vida do indivíduo e, de algum modo, nos aspectos inconscientes de aprendizagem" (WEISS, 1992, p. 64) e descobre "em que medida a família possibilita o desenvolvimento cognitivo da criança – facilitando a construção de esquemas e deixando desenvolver o equilíbrio entre assimilação e acomodação" (WEISS, 1992, p. 66), já que alguns pais não permitem que seus filhos tenham autonomia em seus momentos de aprendizagem, onde a mesma se torna empobrecida, ou obrigam seus filhos a fazerem certas coisas, mesmo eles ainda estando imaturos (MORAES, 2010).

Outro ponto é que o psicopedagogo também irá resgatar esses pais para a participação ativa na aprendizagem de seus filhos, onde eles além de contribuírem para o bom desenvolvimento do sujeito, também passam a ter conhecimento sobre o estado que a criança se encontra, sobre as intervenções que estão sendo realizadas e como poderão estar auxiliando nesse processo (MORAES, 2010).

Assim, realizada a coleta dessas informações o psicopedagogo irá dar início as intervenções. De acordo com Moraes (2010, p. 5)

> Depois de coletadas informações que considera importante para a avaliação, o psicopedagogo irá intervir visando à solução de problemas de aprendizagem em seus devidos espaços, uma vez que a avaliação visa reorganizar a vida escolar e doméstica da criança e, somente neste foco ela deve ser encaminhada, vale dizer que fica vazio o pedido de avaliação apenas para justificar um processo que está descomprometido com o aluno e com a sua aprendizagem.

Por essa razão, segundo Moraes (2010) o diagnóstico psicopedagógico abre possibilidades para refletir sobre o processo de aprendizagem da criança, analisando o aluno como um todo e as possíveis causas de sua não aprendizagem. Esse processo trata-se essencialmente da observação, da escuta cautelosa, do olhar do psicopedagogo frente a criança, pois a postura do paciente, suas emoções, ações, gestos, palavras, registros, são capazes de revelar grandes pistas. Assim, para a autora:

> É através do desenvolvimento do olhar e da escuta psicopedagógica, trabalhados e incorporados pelo profissional que poderão ser lançadas as primeiras hipóteses acerca do indivíduo. Esse olhar e essa escuta ultrapassam os dados reais relatados e buscam as entrelinhas, a emoção, a elaboração do discurso

> inconsciente que o atendido traz. (MORAES, 2010, p. 6)

Com esse trabalho, se realça e comprova a relevância que existe nesse reconhecimento e acolhimento da criança e da família. Esse momento de avaliação é o que proporciona a interação com todos os envolvidos na ação do processo ensino-aprendizagem, onde o diagnóstico deve ser feito de forma conjunta entre todos os agentes (MORAES, 2010).

Dessa maneira, no processo do diagnóstico, a responsabilidade das dificuldades não é considerada somente uma deficiência do sujeito, mas considera-se as relações nas quais o sujeito está envolvido, como a escola e a família.

Assim como a entrevista inicial é importante, a entrevista de devolutiva aos pais também não deixa de ser. Esse momento, segundo Moraes (2010, p. 13) é

> [...] um encontro entre sujeito, psicopedagogo e família, visando relatar os resultados do diagnóstico, analisando todos os aspectos da situação apresentados, seguindo de uma síntese integradora e um encaminhamento. É uma etapa do diagnóstico muito esperada pela família e pelo sujeito e que deve ser conduzida de forma que haja participação de todos, procurando eliminar as dúvidas, afastando rótulos e fantasmas que geralmente estão presentes em um processo diagnóstico. Não é o suficiente apresentar apenas as conclusões. É necessário aproveitar esse espaço para que os pais assumam o problema em todas as suas dimensões.

Desse modo, fica claro o vínculo entre o Psicopedagogo, a criança e a família, o qual será de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem, visto que essa interação e relação tridimensional (como mostra o Esquema 1), quando estabelecida no ambiente de atendimento, servirá de pilar para uma aprendizagem significativa e humanizadora, pois por envolver e valorizar a criança e a família nesse processo, não há como excluir esse sentimento e essa prática humana.

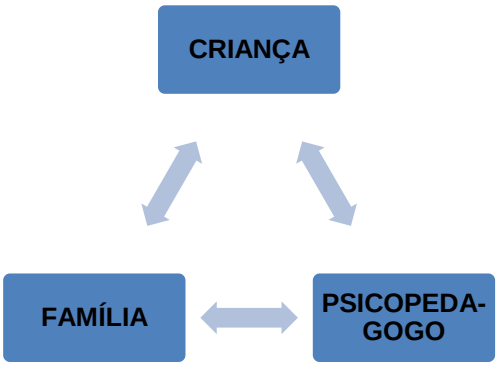

Figura 1. Relação tridimensional.

Nessa relação, a criança passa a construir sua identidade e adquirir autonomia, pois se sentirá acolhida e amparada tanto pelo psicopedagogo quanto pelos pais, onde juntos vão intervir positivamente em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, possibilitando um procedimento de mediação.

Assim sendo, o psicopedagogo deve aproximar essa família do acompanhamento psicopedagógico, dando-lhe voz e vez, e também da criança. A ponte fundamental que unirá todos os envolvidos é o diálogo. Segundo Vigotski (2009), a palavra exerce poder e por meio dela somos influenciados. Por essa razão a linguagem se torna algo de fundamental importância tanto no contexto escolar, quanto no ambiente de acompanhamento psicopedagógico, estabelecendo um processo de alteridade (VIGOTSKI) se possibilita a construção da aprendizagem por meio da troca, uma vez que a mesma ocorre na socialização e mediação com o outro.

Por meio da prática do diálogo se tem muitas conquistas, se passa a identificar quem é essa criança, através da sua história de vida e de suas particularidades, a educar essas famílias na questão de assumirem suas responsabilidades e reconhecerem a importância dessa assistência mútua (SILVA, 2015), e a fazer desse acompanhamento um

ambiente de permutação de experiências, onde o psicopedagogo auxilia essas famílias e as famílias facilitam de forma participativa o trabalho psicopedagógico.

Sob essa perspectiva, além da anamnese, algumas estratégias de aproximação da família nesse processo são: fazer frequentes reuniões; indicar palestras de apoio para os pais, fazendo com que eles troquem experiências e não se sintam sozinhos nessa caminhada; incentivar os responsáveis a participarem da vida escolar de seus filhos; divulgar sobre os progressos da criança; orientá-los sempre e estar aberto a acolhê-los respeitando suas individualidades, uma vez que cada família é única (PINTO, 2010).

Outro ponto é realizar atividades individuais ou em grupos, junto à família. Ou seja, pesquisas sobre as dificuldades apresentadas pela criança no ambiente escolar, propondo sempre uma reflexão constante das mesmas quando identificadas. Expor aos pais todos os impasses que atrapalham a aprendizagem da criança, sejam eles cognitivos, comportamentais, sociais, familiares ou emocionais, fazendo com que os responsáveis ao mesmo tempo em que estejam sendo orientados, também passem a compreender sobre esse desenvolvimento integral do educando e agir diante as necessidades e dificuldades apresentadas pela criança (SILVA, 2015).

Por isso a família é tão importante no acompanhamento psicopedagógico, pois ela tem excelentes fatores de contribuição, o qual não se limita apenas a afetividade. Além desse afeto indispensável, os pais podem auxiliar o tratamento através de ações voltadas a aprendizagem da criança, e essa conscientização de que eles são capazes de fazer algo por seus filhos, só será possível se o psicopedagogo mostrar que eles não só podem, como devem cooperar e apoiar o acompanhamento psicopedagógico.

Desse modo, quando se envolve a família no atendimento, a criança se sente amparada e estimulada a superar seus desafios e limitações. O psicopedagogo atuando com a família e com a criança, cria-se um novo ambiente para a aprendizagem e, consequentemente, os resultados serão consideravelmente significativos.

RECONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA HUMANIZADORA E LIBERTADORA

O ambiente de atuação do psicopedagogo precisa ser fundado por uma esfera de desenvolvimento e transformação. Tal transformação requer do profissional uma prática psicopedagógica significativa para a criança. Essa aprendizagem é possível quando o profissional adota um olhar humanizador sobre a criança, possibilitando a ela maior confiança e reconhecimento de suas ações. De acordo com Freire (1996, p. 64) "não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola."

Esse respeito a sua história torna-se presente quando leva-se em consideração os conhecimentos construídos pela criança durante suas experiências, uma vez que o sujeito não é um ser vazio, mas sim vai se formando por meio delas. Isso ocorre quando o psicopedagogo respeita a “leitura de mundo” que a criança traz consigo e a partir disso se dispõem em acolher a realidade da mesma na realização de seu trabalho (FREIRE, 1996).

Por esse fato não podemos estar no mundo sem por ele ser constituído. Segundo Freire (1967) “na verdade, já é quase um lugar comum afirmar-se que a posição normal do homem no mundo, visto que não está apenas nele mas com ele, não se esgota em mera passividade” (p. 41), ou seja, nossa presença no mundo não é limitada, já que somos seres sociais e "não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la” (p. 41). De acordo com Freire (1996) “estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer

cultura [...] sem sonhar [...] sem aprender, sem ensinar [...] não é possível" (p. 58).

Desse modo, a capacidade de aprender é que nos habilita, para que além de estarmos no mundo também possamos nele intervir. Conforme Freire (1996), "a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas" (p. 69), visto que a educação é uma maneira de participarmos do mundo de forma ativa.

Assim, quando se oportuniza que a criança viva e tenha essa consciência de autonomia perante o mundo, ela se torna um indivíduo ativo, se desprende de seus medos e se sente motivada a enfrentar suas limitações. Essa visão, entretanto, só será possível quando o ambiente escolar e de atendimento psicopedagógico, se tornar uma vertente de emancipação, de integração e de criticidade, eliminando a opressão, a massificação, a acomodação e o ajustamento (FREIRE, 1967). Portanto, nessa perspectiva o ensinar requer algumas exigências e reconhecimentos, para que ocorra o desenvolvimento da criança nesse processo.

Quando falamos em família e na sua participação ativa, se torna impossível não se considerar a história de cada criança e o contexto familiar e social que a mesma está inserida. Nesse sentido, o primeiro reconhecimento e olhar que o Psicopedagogo precisa ter é identificar, quem é esse sujeito e suas respectivas familiares, sua trajetória de vida e características. Realizando esse trabalho o psicopedagogo poderá avaliar melhor suas ações, identificar necessidades, analisando a partir da realidade de cada criança e organizando propostas e estratégias de aprendizagem diante dessa realidade (CASTRO; REGATTIERI, 2009), para que assim o sujeito sinta-se mais forte para enfrentar os desafios que o dia a dia lhe propõe.

No entanto, essa compreensão do indivíduo e suas particularidades, só ocorrerá ao se acolher a criança e a família com todos os seus valores, crenças, acertos e erros, da maneira como elas são, sempre considerando que a sociedade está em constante mudança e, consequentemente, a criança e a família também estão, sendo importante essa reflexão permanente.

O primeiro passo é ter um olhar especial para a criança, que chega até o profissional com baixa autoestima, se sentindo incapaz, pressionado, tanto pela escola, quanto pela família. Ao adotar esse olhar humanizador, o psicopedagogo atuará de maneira particular e sensível diante das angústias e dúvidas que interferem na vida da criança.

No entanto, o olhar que vem carregado de pré-conceitos, muitas vezes já consolidados, é o maior erro que o Psicopedagogo pode cometer, pois o profissional que atende a criança/adolescente já repleto de conceitos formados corre o risco de fazer um pré-julgamento da capacidade do sujeito e, por muitas vezes, essa descrença continuará promovendo um ambiente de fracasso para a criança. Assim,

> [...] não cabe ao psicopedagogo julgamentos precoces e equivocados e tão menos divisões de atitudes baseadas nos conceitos de certo/errado, mas sim, um olhar dirigido a um sujeito, que é único, peculiar e tem sua própria história e portanto suas atitudes ou falta delas são reflexo dessa constituição, mesmo inserido em um cenário social. É necessário, por fim, considerar o sujeito como um corpo; corpo esse que é dotado de conhecimento, de afetos e emoções, de um organismo, de inteligência e de cultura. (MORAES, 2010, p. 14)

Ao se considerar suas singularidades e se despir de pré-conceitos, o Psicopedagogo construirá um caminho afetuoso de humanidade, onde o mesmo despertará o que tem de melhor nessa criança totalmente desmotivada, pois o homem não é constituído apenas pelo cognitivo, mas é um ser complexo e para um bom desenvolvimento o psíquico e emocional também precisam ser trabalhados.

A partir do momento que o Psicopedagogo assume essa concepção de trabalho, a criança cria laços com o mesmo e seu acompanhamento se torna muito mais eficaz, repleto de significado, pois esse aluno com dificuldades de alfabetização é cobrado o tempo todo pela sua família, pela escola e pelo currículo, e futuramente será pressionado pela sociedade excludente em que vivemos.

Nesse sentido, quando ele chega até o Psicopedagogo é como se fosse o último recurso e esperança por parte de todos, na intenção que o sujeito finalmente aprenda. Assim, mais do que nunca, a criança necessita desse acolhimento, reconhecimento, valorização, de modo que passe a se enxergar como alguém importante e que possuí capacidade. De acordo com Moraes (2010, p. 13),

> [...] é importante que se toque inicialmente nos aspectos mais positivos do paciente para que o mesmo se sinta valorizado. Muitas vezes a criança já se encontra com sua auto-estima tão baixa que a revelação apenas dos aspectos negativos acabam perturbando-o ainda mais, o que acaba por inviabilizar a possibilidade para novas conquistas. Depois, deverão ser mencionados os pontos causadores dos problemas de aprendizagem.

É importante mostrar a criança que apesar de todas as dificuldades, somos seres inacabados, em constate aprendizado, portanto que nossas limitações podem ser superadas, já que nada está finalizado. De acordo com Freire (1996, p. 53) "[...] consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além", ou seja, essa percepção nos faz acreditar na mudança, no progresso, nas imensas possibilidades do aprender. Desse modo a educação estará em processo infindável, uma vez que, segundo Freire (1996) "mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados" (p. 58).

Outro importantíssimo reconhecimento que o Psicopedagogo precisa ter para fazer a diferença na vida desse sujeito com dificuldades de aprendizagem, é que ensinar não é um ato mecânico e de pura transmissão de conhecimento, um método simplesmente, mas ensinar é a criação de possibilidades para que o próprio sujeito produza a sua aprendizagem, como autores de seu conhecimento.

Portanto, assim como em sala de aula é indispensável essa conscientização, no atendimento psicopedagógico não deixa por menos. É essencial que o profissional compreenda a importância dessa troca entre psicopedagogo e criança no momento da aprendizagem, valorizando assim a curiosidade e o desenvolvimento da criticidade. A curiosidade é um aspecto importantíssimo para a aquisição do conhecimento, necessitando ser estimulada constantemente.

A partir do momento que se oportuniza momentos nos quais a criança sente-se encorajada ela consegue refletir, entrar em ação, ousar mais, ter curiosidade, confiança e espírito crítico. Como destacado por Freire (1996, p. 32):

> Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil.

Desta maneira, ao despertar a curiosidade, o aluno conquista melhores condições para agir, explorar, interagir, durante todo o processo de aprendizagem, oportunizando assim que a criança comece a alimentar esse sentimento de pertencimento, uma vez que "[...] salienta-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação [...]" (FREIRE, 1967, p. 44), pois um ser inquieto e crítico não se acomoda ou ajusta a tudo o que é imposto.

Ao se trabalhar com a curiosidade se descarta o ensino bancário dentro do ambiente de aprendizagem, pois a mesma imuniza o "bancarismo", que nada mais é do que um ato falso de ensinar, se restringindo a pura transmissão de conhecimento (FREIRE, 1996). Evidenciando assim, a ação, a crítica no acompanhamento psicopedagógico, de modo que a mesma seja um caminho para a emancipação.

A atuação do Psicopedagogo será indispensável nessa construção, no diagnóstico e acompanhamento, tendo como intuito sanar essas dificuldades, entretanto não se pode inibir a operação do sujeito, pois quando se oportuniza essa participação ativa do mesmo em todo esse processo, sua aprendizagem se tornará muito mais significativa. Desse modo, se desfaz a falsa superioridade do Psicopedagogo ao longo do processo, construindo um ambiente agradável para que o sujeito evolua, onde por meio da troca um aprenda com o outro e se alcance resultados satisfatórios em relação a qualidade e não a quantidade.

De acordo com Freire (1996), o ensinar não existe sem o aprender, ou seja, quem ensina também aprende com o outro, onde embora sendo diferentes entre si, quem forma também é formado e quem é formado também é capaz de formar. Assim, "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1996, p. 23), onde o processo de aprendizagem se torna uma interação entre psicopedagogo e a criança e consequentemente, com a família.

A partir do momento que se respeita o conhecimento da criança, se valoriza a história de vida do sujeito, adotando uma perspectiva humanizadora de ensino, é possível viabilizar a criança maior segurança, sentimento de pertença e ação em relação a sua aprendizagem.

A qualidade de tempo que o profissional passará com o sujeito será mais relevante e indispensável do que a quantidade de tempo, pois de nada adianta estar junto, mas não fazer/construir junto (EDWARDS; GANDINI; FORMAM, 1999). O ensinar demanda essa esperança, que segundo Freire (1996, p. 72), refere-se "a esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos [...]".

A prática educativa psicopedagógica, também necessita de ética, pois essa visão humanizadora se concretiza quando há ética durante o processo, uma vez que nós seres humanos só nos tornamos capazes de intervir no mundo por sermos seres éticos. Essa "eticidade" só é exercida quando temos liberdade, a qual vai se aperfeiçoando conforme vamos nos responsabilizando por nossas ações. Logo, a importância do desenvolvimento da ética se dá, pois é por meio dela que nos capacitamos para agir em sociedade, no mundo, para fazermos escolhas, para compararmos (FREIRE, 1996).

Contudo, é contraditório o Psicopedagogo manter uma visão de humanidade, a qual fundamentará esse olhar no trabalho psicopedagógico e consequentemente no trabalho com a criança e a família, mas não praticá-la em seu atendimento. Se faz necessário que o discurso esteja vinculado a prática, através de exemplos concretos, de modo que o profissional construa um trabalho coerente, pois

> [...] as qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já umas dessas virtudes indispensáveis – a da coerência. (FREIRE, 1996, p. 65)

Essa coerência só será fundada por meio de outro fator relevante, pois além do discurso outro ponto que deve estar vinculado a prática é a teoria, já que é preciso conhecer sua prática e ter teorias definidas para que o discurso não se torne vazio. Além disso, esse processo de reconhecimento é o que possibilitará ao psicopedagogo refletir sobre sua própria prática. Segundo Freire (1996, p. 22) "a reflexão

crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando um blablablá e a prática, ativismo".

Dessa forma, para uma aprendizagem significativa, que leve em consideração e valorize a família e a criança durante todo o processo como sujeitos participantes e ativos, o ensino precisa ser libertador. Para que ocorra essa emancipação por meio da aprendizagem, todos os pontos explicitados necessitam ser contemplados e exercidos no acompanhamento psicopedagógico.

Quando se trabalha tendo como parâmetro a identificação de quem é essa criança que passa por dificuldades, sua história de vida, o contexto que a mesma está inserida e preza a sua total acolhida, consequentemente se engloba a família, pois ela é a instituição que está presente na essência dessa criança. A partir do momento que se adota esse olhar humanizador a prática educativa automaticamente sofre modificações, precisa ser diferente, sem exclusão da atuação da criança durante a construção da sua aprendizagem, pois apenas assim é que o sujeito conquistará sua autonomia, frente a tudo que o oprime, uma vez que, segundo Freire (1996, p. 26) "nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados até o momento, evidencia-se as mudanças significativas que ocorreram na sociedade, o que automaticamente repercutiu na família. No período medieval, pode-se observar o quanto a relação entre a criança e a família era distante e sem laços de afeto, sustentando a autoridade e o foco na aprendizagem de serviços domésticos para a formação de "boas maneiras".

Nesse sentido, antes a concepção de escola era totalmente contraditória a sua essência real, pois a criança era vista como um ser que necessitava ser "preenchido" segundo os interesses externos de cada época.

Na contemporaneidade, devido às transformações históricas edificadas ao longo dos séculos, a família construiu um sentimento de afeto e cuidado pela criança, porém houve modificações na sua estrutura e em seus valores, comprovando assim sua liquidez (BAUMAN, 2010). Essa sociedade do século XXI, por sua vez, se associa diretamente a escola, pelo fato de que é na mesma que essas diferenças são constantemente demarcadas.

Assim sendo, apenas transferir conhecimento não é o suficiente, cada criança é única, possuí as suas singularidades, carrega consigo uma história de vida, uma cultura, pois está imerso em um contexto particular de família. Desse modo o ensino não pode ser mecanizado, fazendo-se necessário que no processo de aprendizagem se reconheça, valorize e considere esse sujeito em sua totalidade.

Desta forma, o trabalho do psicopedagogo necessita ser pontual, onde a vida social da criança esteja envolvida no ambiente escolar. Para isto, é preciso que o psicopedagogo permaneça atento às mudanças da sociedade, compreenda as transformações que ocorreram, mantenha contato direto com a família e principalmente esteja aberto a acolher e a escutar essa instituição e a criança, que tanto clamam por ajuda.

Por isso a família tem relevância indispensável no acompanhamento psicopedagógico, pois é ela que constitui essa criança com dificuldades de aprendizagem. Por meio de sua participação ativa, se tem a oportunidade de conhecer realmente quem é essa criança e todas as suas particularidades. Além disso, promover grandes avanços na aprendizagem, por meio da afetividade e de ações, pois a mesma passa a entender quais obstáculos a criança está enfrentando para aprender e, consequentemente, a ter consciência de como ela pode auxiliar diante de suas necessidades.

Nessa perspectiva, a relação entre psicopedagogo, criança e família é dada como o

ponto chave para uma aprendizagem verdadeiramente significativa, para um ambiente de transformação, de emancipação, tornando-se assim um trabalho muito rico e valioso dentro do ambiente psicopedagógico.

O envolvimento com a família, sob um olhar humanizador, busca a valorização da criança, da sua identidade, e também da família que a mesma está inserida. Tendo como princípios o respeito, a tolerância, a interação mútua entre todos os envolvidos no acompanhamento psicopedagógico, onde a aprendizagem do indivíduo se dê através uma ação conjunta.

Entretanto a aprendizagem deve ser para vida, para a libertação da criança perante tudo o que a oprime, de modo que a mesma supere todos os seus desafios, conquista realizada por meio do apoio e do estimulo a curiosidade. Para isso, o psicopedagogo precisa, de acordo com Freire (1996, p. 119)

> Apoiar o educando para que ele vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que sua curiosidade, compensada e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada, seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. [...] ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando mais instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido.

Assim, a criança passa a "assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...]" (FREIRE, 1996, p. 41). Isto é, o sujeito passa a viver sua autonomia e a ter o sentimento de pertencimento, pois ele é um ser social, capaz de não apenas se adaptar, mas de intervir no mundo e mudar a sua própria realidade. Portanto, capaz de aprender, de progredir, de superar todas as suas limitações.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs.). **Interação escola–família:** subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO IV, MEC, 2009.

EDWARDS, Carolyn. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa, 31ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ler e escrever?** Linguagem e letramento em foco. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

MACEDO, A. M.; PINTO, M. G. C. S. M. G. Problemas de aprendizagem**:** um olhar psicopedagógico. **Revista do Centro de Educação**, 2003. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2003/01/a9.htm> Acesso em: 06 de fev. de 2017, 8:30:07.

MORAES, D. N. M. Diagnóstico e avaliação psicopedagógica**. Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n.10, 2010. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/203_1.pdf> Acesso em: 10 de fev. de 2017, 9:51:20.

MOREIRA, M. E. R.; ROCHA, E. A. G. M. Alfabetizar letrando**:** novos desafios no ensino da língua escrita. Minas Gerais: **Revista Saberes Interdisciplinares**, 2013. Disponível em:

<http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/sub-pagina/sumario-vol12.html> Acesso em: 20 de jan. de 2017, 21:15:30.

PINTO, L. N. As contribuições da Psicopedagogia para a educação. **Planeta Educação**, 2010, p.1-5. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1949>Acesso em: 12 de fev. de 2017, 14:50:12.

SILVA, M. E. M. etal. A importância da relação escola-família para a aprendizagem e a intervenção psicopedagógica. **Revista PluriTas**, 2015. Disponível em: <http://ojs.barbacena.ifsudestemg.edu.br/index.php/PluriTAS/article/view/74> Acesso em: 03 de fev. de 2017, 10:45:02.

SOARES, Magda. **Letramento:** tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUSA, Jacqueline Pereira de. A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012. Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf> Acesso em: 15 de jan. de 2017, 16:47:30.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica:** uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

O autor declara não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.